

# Financiamento público para o esporte: uma revisão sistemática da literatura com foco na gestão local<sup>1</sup>

## Public funding for sport: a systematic literature review focusing on local management

Ebio Viana Meneses Neto<sup>2</sup> 

Evandro Rodrigues de Faria<sup>3</sup> 

Lucas Maia dos Santos<sup>4</sup> 

Recebido: 24/01/2026

Aceito: 04/05/2026

DOI: 10.32457/riem.v30.3555

### Resumo

No âmbito dos governos locais, o financiamento público exerce papel relevante no desenvolvimento da gestão desportiva e na capacidade de implementação de políticas esportivas. Neste sentido, este estudo analisa, de forma sistemática, o estado da arte da produção científica sobre o financiamento público para o esporte em governos locais. Foram selecionados 38 artigos, organizados nos clusters “Política”, “Impacto de Projetos Públicos”, “Desempenho Alocativo”, “Gestão Local” e “Econômica”. Os resultados evidenciam diferentes dimensões analíticas e abordagens relacionadas ao financiamento público do esporte, além de indicar lacunas e oportunidades para futuras pesquisas. A abordagem integrada e multifacetada dos fatores associados ao financiamento público do esporte pode subsidiar discussões sobre políticas públicas mais eficazes em diferentes contextos regionais.

**Palavras-chave:** Financiamento Esportivo; Gestão Pública Esportiva; Desempenho Alocativo; Governos Locais.

1 Os autores agradecem ao Research Centre for Business Sciences - NECE, de la Universidade da Beira Interior - UBI PT, y a la Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

2 Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Email: ebio.meneses1990@gmail.com

3 Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Email: evandroadm@ufv.br

4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil. Email: lucas.maia@ifmg.edu.br.



## Abstract

In the context of local governments, public funding plays a significant role in the development of sports management and in the capacity to implement sports policies. In this regard, this study systematically analyzes the state of the art of scientific production on public funding for sport in local governments. A total of 38 articles were selected and organized into the following clusters: “Policy,” “Public Project Impact,” “Allocative Performance,” “Local Management,” and “Economic.” The results highlight different analytical dimensions and approaches related to public funding for sport, as well as identify gaps and opportunities for future research. The integrated and multifaceted approach to the factors associated with public funding for sport can support discussions on more effective public policies across different regional contexts.

**Keywords:** Sport Financing; Public Sports Management; Allocative Performance; Local Governments.

## 1. Introdução

O esporte se manifesta de forma única e complexa na sociedade. Ao mesmo tempo em que se apresenta em eventos de larga escala como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, ascende em pequenas comunidades, longe da imensidão financeira proporcionada por esses eventos. Estima-se que a Copa do Mundo de 2022, no Qatar, teve um aporte de aproximadamente 300 bilhões de dólares em 12 anos (Mori, 2022). Em contrapartida, diversos autores debruçam-se sobre as dificuldades do Estado de subsidiar o acesso às práticas esportivas (Ferguson *et al.*, 2023; Haugland *et al.*, 2017; Hutchinson *et al.*, 2018), dentre as quais apresenta-se como dissonante o fomento dos diferentes tipos de manifestação esportiva, quais sejam o esporte de rendimento, de formação, de participação e educacional. Nesta seara, Morgan e Summers (2008) identificam o esporte como intangível e imprevisível, ou seja, é de difícil precificação e está associado ao desejo do praticante esportivo.

A dinâmica do esporte traz consigo aspectos relevantes na formação cultural de uma região e infere positiva e/ou negativamente na política e na economia deste ambiente (Vance *et al.*, 2015). Nesse sentido e por envolver interesses de diferentes atores, é imprescindível que o Estado normatize e oriente minimamente as ações relacionadas à prática esportiva, principalmente pelo conflito de interesse do setor privado em fornecer acesso a todas camadas sociais. Portanto, deve-se aplicar políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do esporte, o que passa pelas formas de financiamento para a expansão do acesso.

O entendimento sobre a alocação dos diferentes recursos no setor público, sejam eles humanos, financeiros, tecnológicos ou de infraestrutura, se apresenta como um importante elemento no campo da gestão pública, principalmente pelo setor público lidar com necessidades sociais infinitas (saúde, educação, segurança, infraestrutura) e recursos sempre limitados (Bresser-Pereira, 1997). Contudo, diferentemente da estrutura orçamentária para áreas como saúde e educação, o esporte, em muitos países, não possui fundos orçamentários e depende exclusivamente de subsídios e financiamentos públicos (Athayde, 2016; Carneiro *et al.*, 2019).

Destarte, a análise do financiamento esportivo torna-se relevante, na medida em que permite compreender os mecanismos de alocação de recursos escassos e seus desdobramentos para a gestão esportiva, especialmente no âmbito dos governos locais. Além disso, possibilita identificar condicionantes de desempenho (Lampoltshammer *et al.*, 2023; E. Santos *et al.*, 2019; Ye *et al.*, 2023), associados às formas de financiamento e subsídio (Alakshendra, 2016; Arboledas & Puig Barata, 2016; Bradbury *et al.*, 2023; De Castro *et al.*, 2023), bem como, aspectos relacionados à participação e à governança no esporte (Iversen & Cuskelly, 2015; Leonardo *et al.*, 2017; Peixoto *et al.*, 2018; Viana-Meireles *et al.*, 2020).

Partindo desse contexto, o presente estudo concentra-se em revisar, de forma sistemática, o estado da arte relacionado ao financiamento público para o esporte, com especial atenção para sua vinculação aos governos locais. Destaca-se que as investigações acadêmicas sobre o financiamento esportivo ainda são relativamente incipientes (Athayde, 2016; Carneiro *et al.*, 2019; Diniz & Silva, 2016), uma vez que a literatura tem se concentrado majoritariamente na formulação e implementação de políticas públicas esportivas (Amaral *et al.*, 2014; Araujo *et al.*, 2021; de Brito Oliveira *et al.*, 2022; Moraes *et al.*, 2021; Saldanha-Filho, 2003), ao passo que a dimensão do financiamento, especialmente em nível local, permanece menos explorada empiricamente.

Essa lacuna torna-se evidente em estudos que, embora abordem o financiamento público do esporte, o fazem a partir de recortes específicos e não necessariamente integrados. Sparvero e Chalip (2007) e Sepulveda (2023), por exemplo, ao analisarem subsídios para instalações esportivas profissionais, indicam que o custo de oportunidade do investimento público é, em muitos casos, injustificado, suscitando debates sobre eficiência e retorno social. Por sua vez, Considine e Doran (2016) evidenciam a presença de viés político nas alocações de recursos, ao mostrarem que governos locais irlandeses tendem a ser mais favorecidos quando representados por ministros estratégicos. Já Auréi Calvet (2017) demonstra que os critérios de financiamento em prefeituras catalãs combinam interesse esportivo, repercussão social e aspectos de governança. Em conjunto, esses estudos indicam que o financiamento público do esporte em nível local resulta da interação entre critérios técnicos, interesses políticos e dinâmicas institucionais.

Diante desse cenário, a presente revisão sistemática de literatura busca contribuir para esclarecer o escopo de pesquisas sobre financiamento público do esporte em governos locais, fornecendo dimensões analíticas e tendências científicas da área. O artigo está estruturado em diferentes seções, além desta introdução que oferece uma visão geral do tema; o método, que descreve as bases e dados utilizadas; os resultados bibliométricos e a discussão do conteúdo, destinados a aprofundar a compreensão do objeto de estudo; e as considerações finais, que apresentam sugestões para pesquisas futuras, delineando uma agenda de pesquisa.

## **2. Procedimentos metodológicos**

A revisão sistemática de literatura é uma abordagem metódica e estruturada sobre um determinado objeto de estudo, que visa identificar, analisar, avaliar e sintetizar as evidências teóricas e empíricas

disponíveis. Essa metodologia busca minimizar o viés e garantir objetividade nas respostas para a pergunta de pesquisa determinada (Sampaio & Mancini, 2007).

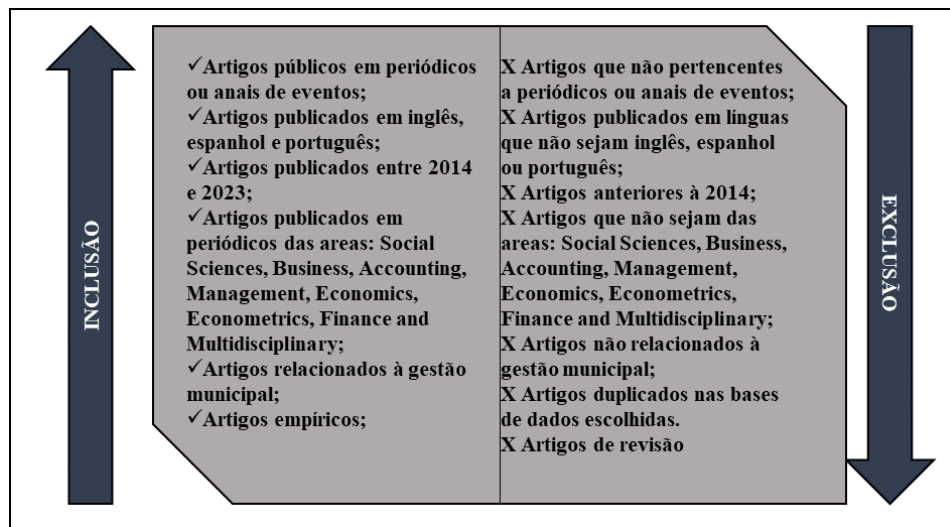
Como um tipo de estudo de revisão, essa abordagem baseia-se na análise da literatura existente sobre um tema específico. Contudo, ela se diferencia por oferecer evidências científicas fundamentadas em critérios sistematizados de busca, que são analisados e compilados criticamente, auxiliando na identificação de lacunas no conhecimento e orientando pesquisas futuras (Sampaio & Mancini, 2007).

Dessa forma, visando preencher eventuais lacunas, o presente estudo adota os nove passos de Gough (2007).

*Etapa 1 (Estabelecer a pergunta de revisão)* – Este estudo pretende demarcar o estado da arte sobre o financiamento esportivo em governos locais.

*Etapa 2 (Definição dos critérios de inclusão e exclusão)* – Como preparação para a etapa 3, foram adotados alguns critérios de inclusão para abarcar o maior número de artigos possíveis para análise entre os anos de 2014 e 2023, conforme figura 1. Os anos entre 2014 e 2023 foram selecionados com o objetivo de captar a produção científica mais recente sobre o financiamento público do esporte. Inicialmente, buscou-se incorporar ao delineamento da pesquisa termos relacionados à capacidade estatal. Contudo, verificou-se que a associação entre esse conceito e a temática esportiva ainda é incipiente na literatura acadêmica, o que resultaria em uma limitação excessiva do escopo de análise.

**Figura 1.** Critérios de inclusão e exclusão



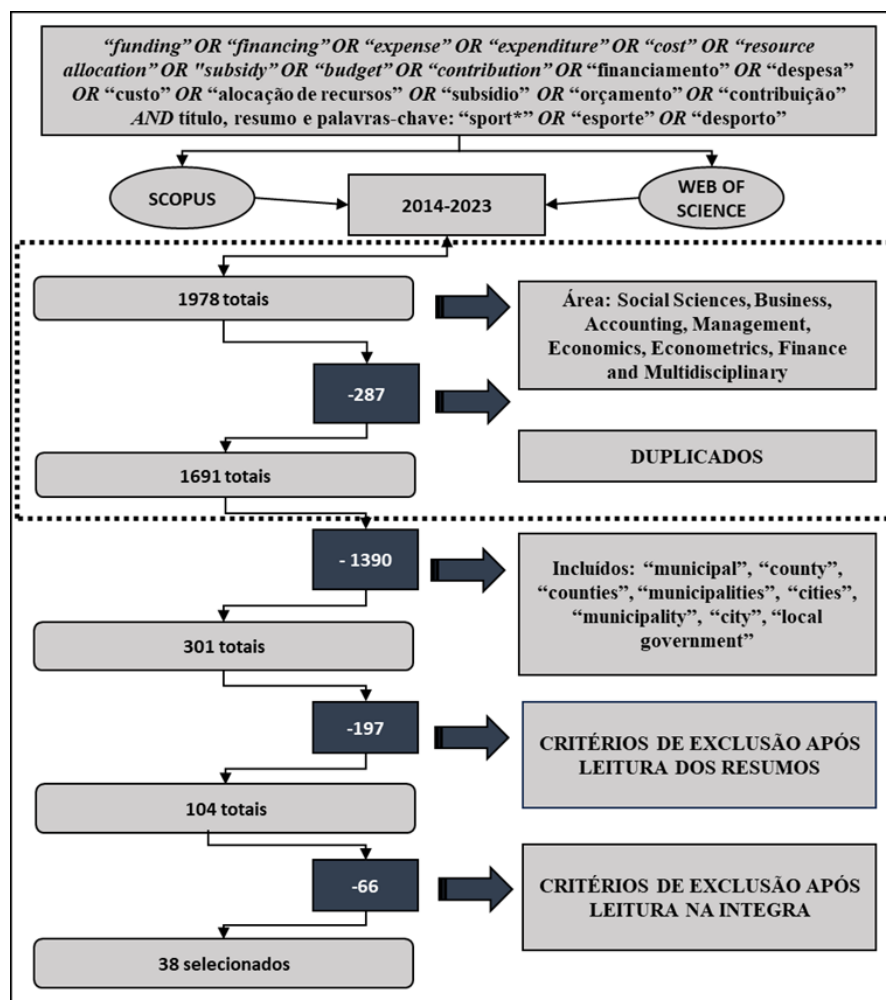
Fonte: Elaborado pelos autores

*Etapa 3 (Definir estratégias de Busca)* – Após os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram utilizadas as bases de dados *Web of Science* e *Scopus* para busca dos artigos. Definiu-se como termos de busca para título, resumo e palavras-chave: “*funding*” OR “*financing*” OR “*expense*” OR “*expenditure*” OR “*cost*” OR “*resource allocation*” OR “*subsidy*” OR “*budget*” OR

“contribution” OR “financiamento” OR “despesa” OR “custo” OR “alocação de recursos” OR “subsídio” OR “orçamento” OR “contribuição” AND título, resumo e palavras-chave: “sport” OR “esporte” OR “desporto”. Foram retornados 1440 artigos da *Scopus* e 538 da *Web of Science*.

O pacote de dados *bibliometrix*, referente ao software R, foi utilizado para realizar uma análise bibliométrica dos artigos selecionados. Em um primeiro momento, 287 artigos duplicados foram excluídos. Uma primeira análise bibliométrica foi feita para os 1691 artigos, sem alguns dos critérios de inclusão e exclusão, que serão introduzidos na etapa 4. A análise bibliométrica inicial permite entender a tendência de publicação em esportes para os termos de busca da etapa 3, sem diferenciação entre governos locais ou organizações privadas.

**Figura 2. Delineamento da pesquisa e resultados preliminares**



Fonte: Elaborado pelos autores

*Etapa 4 (Triagem dos Artigos)* – Com 1691 artigos para a triagem, foram utilizadas fórmulas do software de planilha eletrônica para localizar termos nas células “título”, “palavras-chave” e “resumos”. Os termos utilizados foram “municipal”, “county”, “counties”, “municipalities”, “cities”,

“*municipality*”, “*city*”, “*local government*”, os quais seguem os critérios de inclusão e exclusão para pesquisas relacionadas à gestão local, restando 301 artigos para leitura dos resumos. Os termos foram todos em inglês, em virtude dos títulos, palavras-chave e resumos estarem na língua inglesa.

*Etapa 5 (Relatar os resultados das estratégias de busca)* – Excluídos os artigos pela seleção da etapa 4 e a partir das estratégias dispostas na Figura 2, foram contabilizados 104 artigos para a leitura na íntegra, restando 38 artigos relacionados ao financiamento público do esporte em governos locais.

*Etapas 6, 7, 8 e 9 (Extrair dados relevantes dos artigos selecionados, avaliar a qualidade e o rigor metodológico, sintetizar quanti e qualitativamente, conclusões)* – Utilizou-se da codificação de análise temática para examinar se os 38 artigos remanescentes apresentam evidências que dimensionem o financiamento esportivo em governos locais. A codificação de análise temática envolve a organização do material em categorias temáticas a partir das quais padrões, significados e relações são identificados subjacentes à análise do conteúdo, ou seja, não é feita uma categorização prévia.

A técnica se fez necessária pelo objetivo central desta pesquisa, qual seja o de emergir dimensões/evidências do financiamento público para o esporte em governos locais, visando estabelecer agendas de pesquisa no âmbito da gestão esportiva. O software *Iramuteq* auxiliou no processo de análise lexical quantitativa para os 38 textos selecionados.

A codificação de análise temática foi utilizada para avaliar:

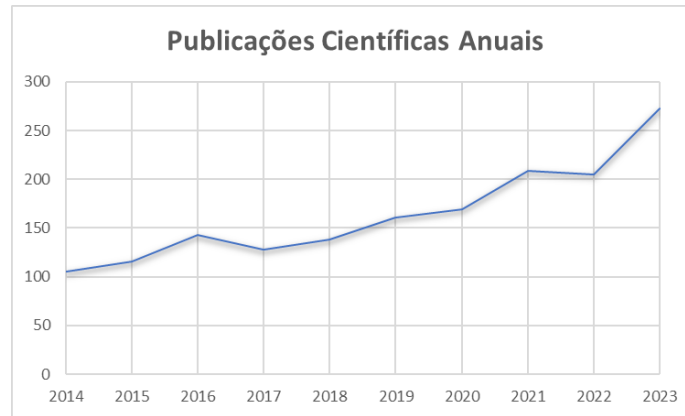
- a. Quais são as dimensões do financiamento público para o esporte em governos locais;
- b. Quais são os condicionantes de desempenho do financiamento público para o esporte em governos locais, emergentes das dimensões encontradas.

### **3. Resultados e discussões**

Os resultados e discussões foram divididos em subtópicos conforme delineado anteriormente na seção referente ao método.

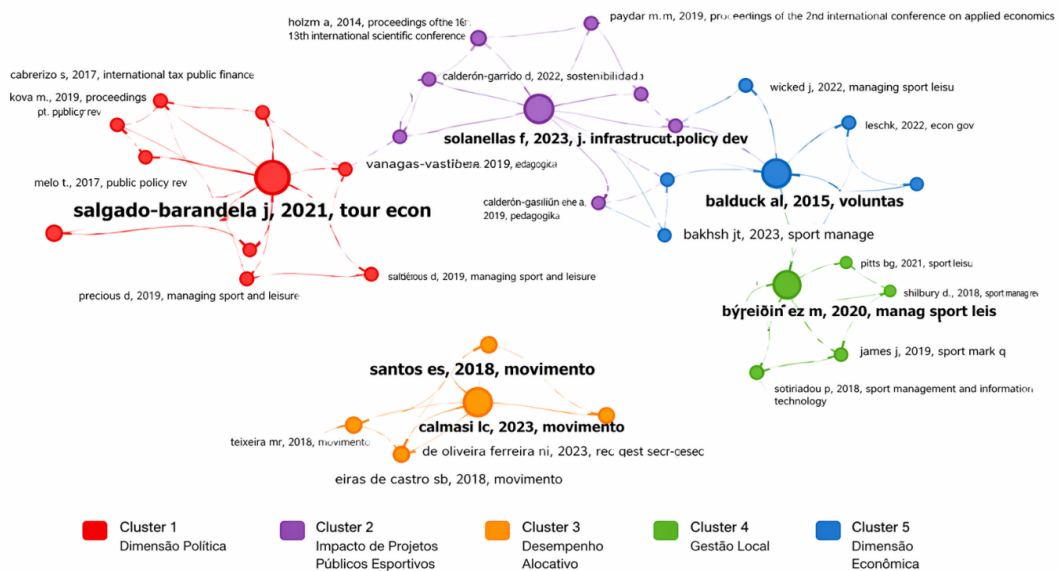
#### **3.1. Análise bibliométrica e dimensões do financiamento público para o esporte nos governos locais**

As pesquisas relacionadas aos recursos financeiros voltados para o desenvolvimento do esporte têm crescido substancialmente ao longo dos anos (Figura 3), assim como afirma Carneiro *et al.* (2019). Os achados demonstram uma queda na periodicidade em 2017, mas crescimentos substanciais nos anos seguintes, com destaque para os picos percebidos em anos de grandes eventos esportivos, principalmente as Olimpíadas, como em 2016 e 2021. Esse comportamento (pico em 2016 e 2021) pode ser explicado pela necessidade de se entender o aumento dos investimentos públicos e privados nesses contextos, sobretudo na construção e modernização de instalações esportivas (Soebbing *et al.*, 2016; Connolly & Touchton, 2020; Jakar & Rosentraub, 2023), bem como pelas discussões sobre os efeitos e legados de megaeventos esportivos (Harris & Houlihan, 2016).

**Figura 3.** Quantidade de publicações científicas ao longo dos anos antes dos critérios de exclusão

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir da análise de acoplamento para palavras-chave, percebeu-se cinco grandes grupos (Figura 4) para pesquisas sobre financiamento esportivo. O grupo 1 (vermelho), composto por trabalhos que analisam o impacto econômico de eventos esportivos, apresentou uma frequência de 12 artigos. O grupo 2 (azul), composto por trabalhos que avaliam os desafios no processo de igualdade esportiva, apresentou uma frequência de 15 artigos. O grupo 3 (verde), composto por trabalhos publicados na área de comportamento e percepção dos beneficiários, apresentou uma frequência de 9 artigos. O grupo 4 (roxo), composto por 10 trabalhos que avaliam o desempenho na gestão do esporte e, por fim, o grupo 5 (laranja), composto por 11 artigos que avaliam políticas de desenvolvimento do esporte.

**Figura 4.** Análise de acoplamento para palavras-chave/periódico dos artigos antes dos critérios de inclusão e exclusão

Fonte: Elaborado pelos autores

Os clusters mostram a abrangência temática das pesquisas em esporte e estão de acordo com a diversificação dos 614 periódicos indexados, mesmo com a seleção de áreas na etapa 2 (*Social Sciences, Business, Accounting, Management, Economics, Econometrics, Finance and Multidisciplinary*).

Foi possível evidenciar, a partir da etapa 4 (descrita na metodologia), que um total de 14,44 % das publicações encontradas são sobre financiamentos esportivos voltados para o “município” ou “governo local”. É um número ínfimo, haja vista as discussões sobre a descentralização de políticas esportivas (Rocha & Bastos, 2011; Carey & Mason, 2014) e a relevante participação do governo local no processo de execução de atividades esportivas (Carey & Mason, 2014; Spáč, 2016; Steckenleiter *et al.*, 2023). Ainda, os 10 artigos com o maior número de citações não foram selecionados por esta pesquisa, ou seja, aparecem antes da execução dos critérios de inclusão e exclusão relacionados à gestão pública municipal (etapa 4), o que mostra como o financiamento no âmbito da gestão local ainda é pouco discutido frente às pesquisas de gestão esportiva.

Neste sentido, o levantamento realizado constituiu um corpus de 38 artigos, que satisfizeram todos os critérios estabelecidos. Os dados dos referidos textos estão caracterizados na Tabela 1, conforme a temática e sua abordagem metodológica.

**Tabela 1.** Análise Temática sobre o Financiamento Esportivo em Governos Locais

Número	Artigo	Temática	Abordagem da Pesquisa
1	Kosmas e Dimitropou (2014)	Alocação Eficiente De Custos Municipais	Quantitativa
2	Ye <i>et al.</i> (2023)	Eficiência De Alocação E Os Fatores De Influência Dos Recursos Esportivos Públicos	Quantitativa
3	Arboledas e Puig Barata (2016)	Análise dos serviços municipais esportivos	Quantitativa
4	Carey e Mason (2014)	Análise do Financiamento de Instalações Esportivas	Qualitativa
5	Lampoltshammer <i>et al.</i> (2023)	Análise do financiamento público em políticas de promoção do esporte	Qualitativa
6	Steckenleiter <i>et al.</i> (2023)	Análise do Desempenho público a partir das despesas com instalações esportivas	Quantitativa
7	Propheter e Hatch (2015)	Análise de uma parceria público-privada e o debate sobre subsídios públicos	Qualitativa
8	Considine e Doran (2016)	Análise de subsídios públicos esportivos como fator político	Quantitativa
9	Silva (2023)	Análise de política pública	Qualitativa
10	Santos <i>et al.</i> (2019)	Análise do gasto público em atividades de esporte e lazer	Quantitativa
11	Spáč (2016)	Análise de subsídios públicos esportivos como fator político	Quantitativa

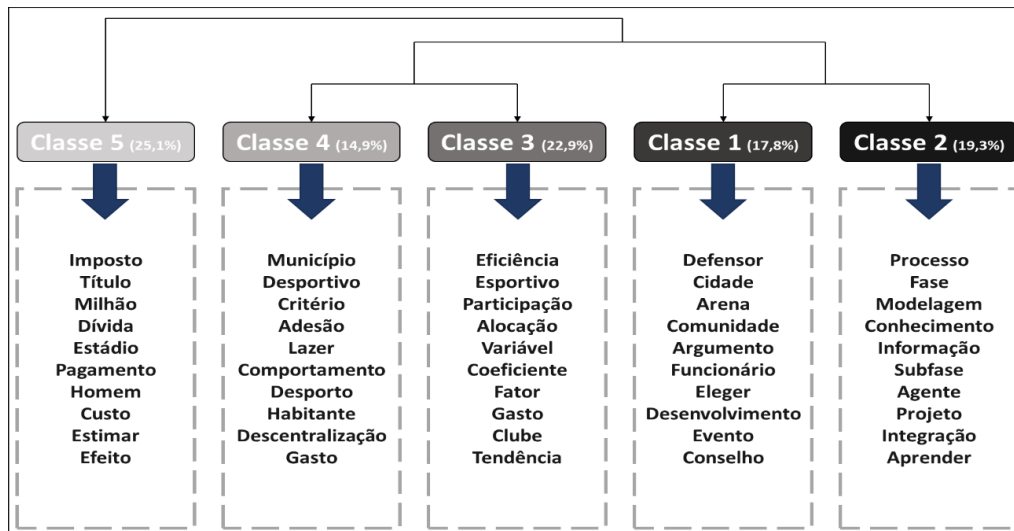
Número	Artigo	Temática	Abordagem da Pesquisa
12	Alakshendra (2016)	Análise do Financiamento Público Direto E Indireto Para Construir Estádios Esportivos Profissionais	Qualitativa
13	Teixeira e Ribeiro (2016)	Determinantes do Desenvolvimento Esportivo Regional	Quantitativa
14	Pawlowski <i>et al.</i> (2021)	Análise Das Despesas Públicas Locais Com Instalações Esportivas E Sua Influência No Mercado De Trabalho	Quantitativa
15	Auréli Calvet (2017)	Análise dos critérios de atribuição de subsídios para atender necessidades sociais e financeiras esportivas de Indivíduos e Organizações	Quanti- Qualitativa
16	Haugland <i>et al.</i> (2017)	Avaliar o Desenvolvimento De Custos Para Os Projetos De Salões Esportivos	Quanti- Qualitativa
17	Soebbing, Mason e Humphreys (2016)	Sustentabilidade no longo prazo de Pequenas Cidades E Os Efeitos De Novidade Das Instalações Esportivas	Quantitativa
18	Ferguson, Hassan e Kitchin (2023)	Análise Dos Programas De Esporte Para O Desenvolvimento (SFD)	Qualitativa
19	Hutchinson, Berg e Kellison (2018)	Análise do Financiamento de Instalações Esportivas	Qualitativa
20	Pavlik e De Vries (2014)	Financiamento público a partir de vouchers	Qualitativa
21	Hoekman, Breedveld e Kraaykamp (2017)	Análise Do Impacto Das Despesas Desportivas Do Governo Local Na Participação Esportiva	Quanti- Qualitativa
22	Popelka (2015)	Análise da Gestão de Instalações Desportivas Públicas	Quantitativa
23	Bradbury, Coates e Humphreys (2023)	Análise do Financiamento Público para Estádios Esportivos Profissionais	Qualitativa
24	Sant e Mason (2019)	Financiamento Público Da Construção De Arenas Dentro De Suas Respectivas Comunidades	Qualitativa
25	Santos e Carvalho (2019)	Análise do financiamento do desporto comunitário para municípios	Quanti- Qualitativa
26	Fahlén e Stenling (2016)	Análise do sistema político do esporte	Qualitativa
27	Diniz e Silva (2016)	O papel do ICMS Esportivo no financiamento das políticas municipais de esporte	Qualitativa
28	Alm (2016)	Análise da relação institucional entre municípios e esporte competitivo e financiamento de estádios profissionais	Qualitativa
29	Connolly e Touchton (2020)	Análise Da Relação Entre Fundos Públicos E O Apoio De Projetos Privados	Quantitativa

Número	Artigo	Temática	Abordagem da Pesquisa
30	García-Unanue, Felipe e Gallardo (2015)	Análise De Um Sistema De Contabilidade De Custos Em Organizações Desportivas Públicas	Qualitativa
31	Nova <i>et al.</i> (2023)	Determinantes do desenvolvimento do esporte profissional	Qualitativa
32	Yong (2021)	A influência dos esportes no desenvolvimento econômico regional	Quanti- Qualitativa
33	Hoekman, Van Der Roest e Van Der Poel (2019)	Transição do estado de bem-estar para a sociedade de participação e o orçamento esportivo municipal	Quanti- Qualitativa
34	Zhang (2021)	Alocação de recursos na construção de serviços esportivos públicos urbanos do ponto de vista da saúde pública	Quantitativa
35	Santos, Juchem e Maduro (2022)	Relação entre a lei orgânica municipal e os gastos em políticas públicas de esporte e lazer	Quanti- Qualitativa
36	Irtysheva, Kramarenko e Romanenko (2022)	Capacidade Financeira e a cultura esportiva como estratégia de desenvolvimento	Qualitativa
37	Drukker, Gayer e Gold (2020)	Análise dos subsídios federais para estádios esportivos profissionais	Quantitativa
38	Garcia-Unanue <i>et al.</i> (2021)	Eficiência de custos dos serviços esportivos municipais	Quantitativa

*Fonte: Elaborado pelos autores*

Inicialmente, os tópicos “Resultados e Discussões” e “Conclusões ou Considerações Finais” dos textos foram traduzidos para a língua portuguesa, visando a utilização do software de análise lexical *Iramuteq*. Após, foi realizada uma análise estatística lexical de similitude através do software, conforme Figura 5. A árvore de similitude identifica padrões lexicais que, ao agrupar textos que compartilham estruturas linguísticas semelhantes, ilustra distâncias lexicais e hierarquias de relações que permitem identificar temas ou tópicos comuns entre os textos.



**Figura 6.** Análise de Cluster Lexical e os efeitos do financiamento esportivo em governos locais

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise de cluster lexical foi utilizada para conhecer possíveis dimensões relacionadas ao contexto do financiamento esportivo em governos locais, de forma que as palavras presentes nas classes possuem alta correlação entre si, ou seja, a mineração do texto em clusters ajuda a detectar tendências e padrões emergentes presentes nos textos.

O cluster 1, denominado “Política”, descreve como a estrutura política, envolvendo regulamentos, sociedade civil, agentes públicos e instâncias de controle, atua na mobilização para aprovação de projetos esportivos. Os estudos destacam estratégias de transparência, monitoramento, liderança comunitária e controle social. Esses elementos se articulam aos conceitos de governança de Wampler (2011) e Arantes *et al.* (2010), ao indicarem que a qualidade das ações governamentais no esporte depende da divulgação de informações, do debate público, da atuação de instituições fiscalizadoras e da construção de marcos legais que contemplem a diversidade social.

O cluster 2 fornece uma visão abrangente sobre os projetos esportivos para o desenvolvimento local e a busca pelo bem-estar social. As palavras em destaque abordam questões relacionadas às políticas públicas esportivas, financiamento de projetos esportivos, medição de resultados de políticas, além da ampliação do acesso às práticas esportivas. A dimensão foi denominada “Impacto de Projetos Públicos Esportivos” e perpassa pela inter-relação entre o esporte, a formulação e execução de políticas públicas esportivas, a gestão e os atores públicos do esporte, o subsídio esportivo e o impacto das políticas esportivas para o desenvolvimento social.

O cluster 3, denominado “Desempenho Alocativo”, analisa como diferentes fatores influenciam a eficiência na alocação de recursos para os serviços esportivos, com impacto na ampliação da prática pela população. Os estudos consideram variações regionais, tipos de manifestação esportiva (educacional, rendimento, formação e participação) e fatores socioeconômicos e demográficos, como renda, densidade populacional e urbanização. Em conjunto, essa dimensão evidencia os

mecanismos que podem otimizar a eficiência dos serviços esportivos e ampliar a participação, gerando benefícios sociais e de saúde pública.

O cluster 4 se apresenta através do conjunto de palavras relacionadas à “Gestão Local”. Os artigos que representam esta dimensão abordam temas ligados à análise da descentralização das políticas públicas de esporte e lazer em diferentes regiões e contextos, com foco em leis e regulamentos, na execução das políticas por parte dos agentes públicos, na execução orçamentária e na autonomia fiscal dos governos locais. Ainda, as discussões dos artigos desta dimensão perpassam pela implicação de que a falta de regulação federal afeta a eficiência do gasto público e torna a implementação das políticas públicas esportivas desigual entre os governos locais.

O cluster 5 trata do conjunto de palavras que abordam assuntos relacionados à “Dimensão Econômica”, principalmente do investimento em instalações esportivas e estádios profissionais. São discutidas questões como o custo total dos estádios, o valor dos subsídios implícitos, a eficiência desse tipo de financiamento, implicações para os contribuintes e possíveis reformas legislativas para lidar com essas questões.

A Tabela 2 apresenta a relação dos artigos analisados conforme as dimensões previamente identificadas. A partir da análise de cluster lexical, cada estudo foi associado às classes em função do sentido e da correlação das palavras presentes nos textos, permitindo visualizar como os artigos se distribuem entre as diferentes dimensões.

**Tabela 2.** Dimensões do financiamento esportivo em governos locais

Dimensões	Artigos
Classe 1 – Dimensão Política	4, 11, 19, 23, 24, 26
Classe 2 – Dimensão Impacto de Projetos Públicos	5, 7, 16, 18, 23, 30
Classe 3 – Dimensão Desempenho Alocativo	1, 2, 8, 13, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 32, 33, 34, 36
Classe 4 – Dimensão Gestão Local	3, 9, 10, 15, 22, 25, 27, 35, 38
Classe 5 – Dimensão Econômica	6, 7, 8, 12, 14, 17, 28, 29, 32, 34, 37, 38
Interconexões (Artigo x Classe Correspondente)	7 (2 e 5), 8 (3 e 5), 18 (2 e 3), 22(3 e 4), 23(1,2 e 3), 26(1 e 3), 32(3 e 5), 34(3 e 5)

*Fonte: Elaborado pelos autores*

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos artigos nas dimensões identificadas. Contudo, é importante destacar que essa classificação não é mutuamente exclusiva, uma vez que alguns estudos se inserem simultaneamente em mais de uma dimensão, configurando interconexões entre as classes.

As interconexões indicadas na Tabela 2 referem-se aos artigos associados a mais de uma classe na análise de cluster lexical. Isso ocorre porque determinados estudos abordam simultaneamente diferentes dimensões do financiamento esportivo, refletindo a natureza multifacetada do fenômeno.

Por exemplo, um mesmo artigo pode tratar tanto dos impactos de projetos públicos quanto de aspectos econômicos do financiamento, sendo, portanto, classificado em mais de um cluster.

Nesse sentido, as interconexões evidenciam a sobreposição temática entre as dimensões identificadas e permitem observar como diferentes eixos analíticos se articulam na literatura. A maior concentração dessas interconexões na Classe 3 (“Desempenho Alocativo”) sugere que essa dimensão exerce um papel transversal, dialogando com as demais perspectivas analíticas. A partir dessa distribuição, observa-se que as pesquisas sobre financiamento esportivo em governos locais tendem a se concentrar em aspectos relacionados ao papel discricionário da gestão local na alocação de recursos, com ênfase nos resultados e desdobramentos pós-distribuição.

### **3.2. Discussão sobre os condicionantes de desempenho do financiamento esportivo em governos locais**

O cluster “Política” (1) se apresenta com condicionantes ligados à importância da comunicação estratégica para mobilizar o apoio comunitário para projetos. Ainda, aborda as complexidades políticas envolvidas na obtenção de financiamento público para instalações, de forma a associar estes investimentos à sensação de pertencimento ao local. Os artigos, de forma geral, abordam estratégias de comunicação para maior transparência das informações, melhor coordenação de recursos e estreitamento da relação entre os atores governamentais, os líderes comunitários locais e a sociedade civil.

As estratégias de disseminação das informações são retratadas no processo de mobilização do apoio comunitário aos projetos: “os projetos foram construídos porque os líderes de opinião que apoiavam o desenvolvimento tomaram a iniciativa de apoiá-los” (Carey & Mason, 2014, p. 118) – Artigo 4. Neste artigo, os líderes comunitários, em acordo com os representantes públicos, buscavam convencer a população de que um aumento de impostos seria interessante para subsidiar a construção de uma instalação esportiva para alocar uma equipe profissional. O objetivo era aprovar, através de referendo, o imposto, pautado na justificativa de que as novas construções trariam uma alavancagem econômica para a região. Em conclusão, a construção de novas instalações esportivas não apenas era compatível com a melhora da realidade local, mas também influencia para o desenvolvimento de novas práticas e valores dentro da comunidade (Carey & Mason, 2014).

Da mesma forma, Hutchinson *et al.* (2018) evidenciaram que o poder de líderes pró fornecimento de subsídios públicos para a construção de instalações esportivas profissionais influencia diretamente a população durante o referendo. Um em cada três municípios dos EUA, decidiram subsidiar instalações esportivas após os discursos e poder de influência de líderes – Artigo 19. Neste sentido, assim como apontam Carneiro *et al.* (2019), os interesses políticos, em conjunto com a pressão da comunidade empresarial e o poder fornecido aos representantes eleitos, influenciam diretamente nos projetos de financiamento esportivo.

“Assim como seus equivalentes, em cidades maiores, líderes cívicos em cidades menores também buscam projetos de desenvolvimento que estejam de acordo com uma agenda pró crescimento que alinhe os interesses de elites políticas em suas respectivas comunidades” (Sant & Mason, 2019, p.

174) – Artigo 24. Por esse motivo, é imprescindível que a sociedade civil conheça os benefícios (ou a falta deles) de projetos esportivos, algo possível, não só através da eleição de representantes conselheiros, mas pelo controle social exercido.

A dimensão “Impacto de Projetos Públicos” (2) discute o uso de abordagens estratégicas e ferramentas de gestão, baseadas em evidências, para que os investimentos em projetos esportivos causem transformações sociais e econômicas em seus ambientes de inserção. A colaboração entre os *stakeholders* e a integração das políticas esportivas com outras áreas como saúde, educação e bem-estar social são cruciais para alcançar resultados significativos. Na mesma linha, desenvolver práticas de governança pública como a implementação de gestão estratégica (Arantes *et al.*, 2010; Bresser-Pereira, 1997), a participação social (Bresser-Pereira, 1997), além do esforço em divulgar as informações (Arantes *et al.*, 2010; Campos, 1990), é fundamental para otimizar o impacto dos investimentos públicos no setor esportivo.

Lampoltshammer *et al.* (2023, p. 29) apontam que “... a transparência, a eficiência na alocação de recursos e a medição do impacto alcançado em relação aos efeitos desejados são essenciais para os tomadores de decisão” – Artigo 5. Neste artigo é enfatizada a importância da colaboração transdisciplinar e da utilização de tecnologias avançadas para melhorar a saúde e o bem-estar através do esporte, promovendo uma alocação de recursos baseada em evidências, de forma que os benefícios sociais e econômicos sejam maximizados através de uma gestão rigorosa e eficiente dos recursos públicos. Partindo deste pressuposto, assim como apontam Skinner *et al.* (2008), é salutar dizer que o esporte apresenta-se como um indutor eficaz no processo de construção do capital social e na promoção do desenvolvimento comunitário sustentável.

De forma complementar, Propheter e Hatch (2015) analisam parcerias público-privadas (PPPs) e os riscos associados à sua implementação. Os autores recomendam uma avaliação crítica dos custos e benefícios antes de comprometer fundos públicos: “enquanto os esportes profissionais gerarem benefícios externos que se acumulam para não frequentadores, sempre haverá justificativa econômica para subsidiar instalações esportivas” (Propheter & Hatch, 2015, p. 921), de forma que a chave para melhorar os resultados do setor público perpassa pela compressão dos riscos do projeto.

Nesta seara, Haugland *et al.* (2017) analisaram o desenvolvimento dos custos para projetos de quadras esportivas na Noruega, a partir do subsídio público advindo dos fundos para jogos provenientes da Loteria Nacional da Noruega (“esporte e atividade física para todos”) – Artigo 16. Os achados deste artigo demonstram a necessidade do desenvolvimento de uma agência de controle externa, autorizada a rejeitar projetos com valores considerados fora da realidade para a região de inserção.

Outro assunto tratado na dimensão 2 é a capacidade organizacional. O estudo de Ferguson *et al.* (2023), artigo 18, ilustrou a implementação e desenvolvimento de políticas, incluindo medição de resultados, contribuição organizacional e análise de necessidades para melhorar a entrega e compreensão dos programas. A análise temática revelou que a mudança na estrutura de poder ocorre à medida que as organizações de entrega influenciam projetos através do aumento da capacidade organizacional, destacando propósito, colaboração e sustentabilidade como considerações-chave setoriais. Os achados dos autores não se dissociam do que apontam Souza e Fontanelli (2020)

sobre os impactos trazidos pela capacidade estatal, de forma que esta é crucial para transformar o desenvolvimento nacional em solidez de base, além de fortalecer a legitimidade da ação estatal.

Os artigos da dimensão “Desempenho Alocativo” (3) envolvem a análise da eficiência alocativa no contexto dos serviços esportivos e da participação esportiva, discutindo a gestão, os gastos públicos e os impactos socioeconômicos no fomento ao esporte. Os assuntos abrangem discussões sobre a eficiência técnica e de escala, a implicação de variações regionais na alocação de recursos e no desempenho socioeconômico das regiões, além de uma análise comparativa entre diferentes métodos de gestão dos governos locais. Assim, essa dimensão integra uma compreensão abrangente dos mecanismos que podem otimizar a eficiência dos serviços esportivos e fomentar um maior acesso populacional às atividades esportivas, afetando positivamente indicadores sociais e de saúde locais.

O artigo 2, por exemplo, analisa a eficiência de alocação de recursos esportivos públicos em 100 municípios econômicos da província de Zhejiang entre 2016 e 2020. Os dados mostram que a eficiência geral foi relativamente estável, com variações moderadas entre os municípios. No entanto, houve grandes diferenças individuais, resultando em polarização entre municípios de alta e baixa eficiência, o que justifica a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa de eficiência sobre a perspectiva da equidade na alocação de recursos públicos para o esporte (Ye *et al.*, 2023). Outro destaque dos autores perpassa pela necessidade de qualificar os atores responsáveis pela gestão esportiva, visando uma alocação mais eficaz e sustentável de recursos.

Em relação ao financiamento esportivo para fomentar a participação em esportes, (Hoekman *et al.* 2017) – Artigo 21, ao estudarem a política esportiva dos Países Baixos, verificaram que o efeito da política esportiva é mais substancial para a participação em clubes esportivos juvenis. Ainda, no quesito renda familiar, as políticas de financiamento esportivo apresentaram resultados significativos, de forma que os gastos municipais mais altos reduziram a diferença de participação entre jovens de domicílios com renda mais baixa e mais alta.

Para Yong (2021), os eventos esportivos tornaram-se uma estratégia importante para desenvolver a indústria esportiva e estimular a economia. O autor assevera que os investimentos melhoram a atratividade mercadológica em áreas urbanas, otimizam a estrutura industrial e impulsionar a transformação do ambiente e contribuem para a estabilidade social e a revitalização da civilização política, além de estimular a infraestrutura local. Neste sentido, o conselho do Estado chinês afirmou que considera a qualidade dos dados econômicos esportivos um indicador para medir o PIB regional, de forma que, entre os achados dos autores, a escolha de investimento e financiamento na indústria esportiva regional mais impactante é o plano de desenvolvimento, seguido por empréstimos financeiros e, por fim, investimento do governo (Yong, 2021).

De forma geral, os artigos compartilhados na dimensão 3 enfatizam a importância da gestão eficiente e da alocação de recursos no setor esportivo para maximizar os benefícios sociais e econômicos. O Artigo 1 destaca a eficácia do modelo de Activity-Based Costing (ABC) na gestão de instalações esportivas para melhorar a lucratividade e a eficiência operacional (Kosmas; Dimitropou, 2014). O Artigo 8 discute a ineficácia das regras políticas na distribuição de subsídios esportivos na Irlanda,

sugerindo a necessidade de uma alocação mais justa e transparente (Considine; Doran, 2016). O Artigo 31 foca na formulação de políticas esportivas na Província de Aceh, destacando a necessidade de estratégias integradas para o desenvolvimento regional e a construção de infraestrutura. Em suma, todos os artigos sublinham a necessidade de abordagens estratégicas e baseadas em evidências para a gestão e alocação de recursos esportivos, visando promover a eficiência e a equidade no acesso ao esporte.

A dimensão “Gestão Local” (4) aborda aspectos relacionados à gestão e financiamento de políticas públicas esportivas em diferentes contextos municipais. O Artigo 10 discute sobre capacidade alocativa dos municípios na política de esporte e lazer revela variações significativas, refletindo desafios quanto à equidade e à diversidade nas decisões de investimento. O Artigo 15 afirma que os municípios, especialmente os de maior porte, têm sido proativos na promoção do esporte, refletindo uma tendência à descentralização *bottom-up* das políticas esportivas. O Artigo 27 retrata a política de distribuição do ICMS critério esporte e, em seus achados, afirma que a política beneficia principalmente os municípios de menor porte, demonstrando um potencial de democratização na alocação de recursos públicos. Já o Artigo 35 diz que a análise das leis orgânicas dos municípios revela uma desconexão entre as competências do executivo e os investimentos efetivos em esporte e lazer, evidenciando a necessidade de compreender melhor as variáveis que influenciam esse descompasso entre legislativo e executivo.

Um ponto central abordado é a dependência de fundos públicos. Arboledas e Puig Barata (2016) afirmam que os municípios da região de Andaluzia, Espanha, dependem muito do financiamento público para oferecer atividades esportivas, prejudicando a sua autonomia. De forma semelhante, Diniz e Silva (2016) ressaltam a dificuldade enfrentada por municípios menores em Minas Gerais para qualificar os profissionais responsáveis pelo registro de atividades esportivas, prejudicando a eficiência na execução da política de ICMS Esportivo.

Sobre a gestão e estrutura organizacional das políticas esportivas, Arboledas e Puig Barata (2016) descrevem como o tamanho dos municípios influencia na tomada de decisão do gestor, observando uma tendência para maior autonomia e complexidade organizacional em municípios maiores. Adicionalmente, Auréi Calvet (2017) sugere que a gestão esportiva precisa de maior transparência e equidade, algo mais facilmente encontrado em municípios melhores estruturados. Silva (2023), por sua vez, discute a implementação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) através de parcerias público-públicas e resalta a importância em monitorar os resultados da política para melhorar a eficácia dos programas. Em suma, os artigos da dimensão convergem ao discutir a necessidade de reduzir a dependência de fundos públicos, melhorar a estrutura organizacional e a transparência na gestão, e analisar cuidadosamente os gastos para assegurar que as políticas esportivas municipais atendam às necessidades da população de forma eficiente.

O tema central da “Dimensão Econômica” perpassa por análises dos benefícios (ou malefícios) econômicos advindos dos investimentos públicos em instalações esportivas, incluindo estádios, arenas e infraestruturas associadas. Esses investimentos são frequentemente justificados por seus supostos benefícios econômicos e sociais, mas a literatura revisada nos artigos revela uma série de questionamentos e contradições em relação a essas alegações. Os artigos 12, 29 e 37 discutem

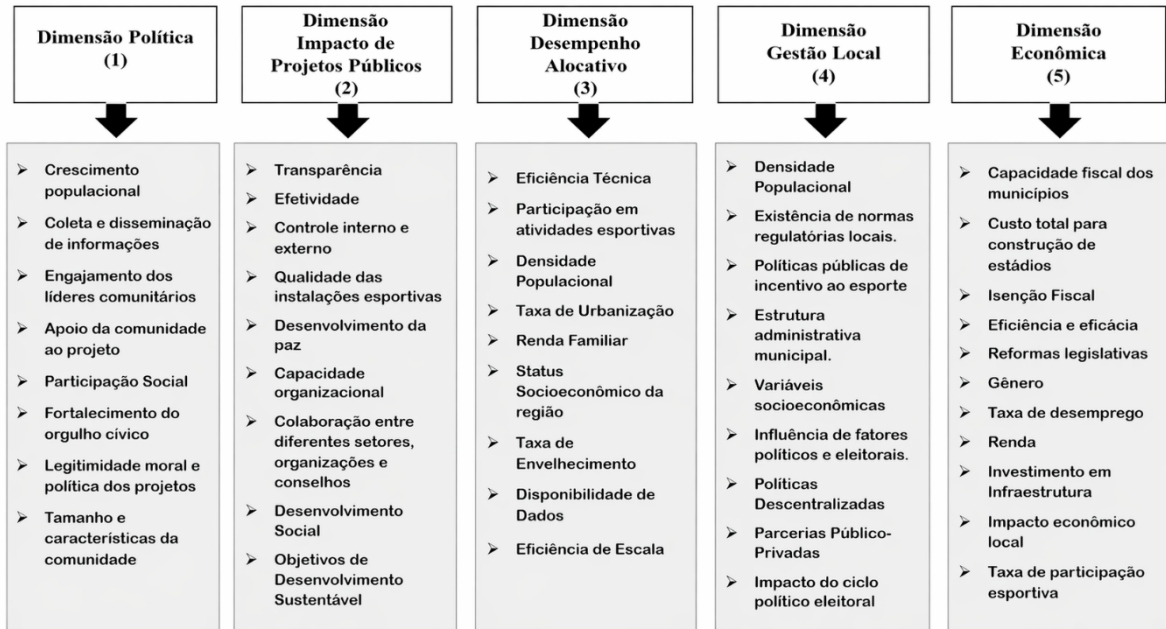
a falta de evidências concretas sobre os benefícios econômicos líquidos dos subsídios públicos para instalações esportivas. Alakshendra (2016) afirma que, apesar das promessas públicas de crescimento econômico, geração de empregos e aumento de renda, os estádios e arenas financiados com dinheiro público raramente resultam em ganhos significativos para a economia local. Na verdade, os impactos positivos esperados são muitas vezes superestimados ou não se materializam, levando a questionamentos sobre a eficiência desses investimentos (Alakshendra, 2016; Connolly & Touchton, 2020; Drukker *et al.*, 2020).

Sobre o financiamento público para instalações esportivas, Steckenleiter *et al.*, 2023 (Artigo 6) não encontraram significância na relação entre os gastos públicos e o aumento dos praticantes esportivos no contexto alemão. Em contrapartida, sobre os efeitos dos gastos públicos em instalações esportivas e os resultados no mercado de trabalho, Pawlowski *et al.* (2021) (Artigo 14) identificaram efeitos positivos indiretos, como aumentos na renda familiar e melhorias na saúde e no bem-estar. No entanto, esses benefícios parecem ser limitados e muitas vezes específicos a certos grupos demográficos, como homens, sugerindo que os impactos não são uniformemente distribuídos na população.

Os artigos 28, 32 e 38 compartilham resultados relacionados à gestão, eficiência e impacto econômico das políticas esportivas. Destaca-se a necessidade de eficiência e uso racional dos recursos, com Alm (2016) discutindo a eficiência de custos nos municípios suecos, Yong (2021) analisando como eventos esportivos são usados como estratégias para estimular a economia e desenvolver a indústria esportiva e Garcia-Unanue *et al.* (2021) avaliando a gestão descentralizada dos serviços esportivos e a eficiência dos gastos orçamentários tradicionais versus a eficiência dos custos efetivos dos serviços públicos locais. Os três estudos reconhecem o esporte como um fator econômico importante, mencionando a comercialização do esporte competitivo, a capacidade dos eventos esportivos de estimular a economia e o impacto dos gastos e custos efetivos na eficiência dos serviços. Em resumo, os artigos do cluster 5 ressaltam as limitações e desafios metodológicos enfrentados pelos pesquisadores ao avaliar o impacto dos investimentos em instalações esportivas e a importância de estudar a realidade local.

Em síntese, embora cada dimensão apresente especificidades analíticas, observa-se que os condicionantes de desempenho do financiamento esportivo em governos locais não atuam de forma isolada, mas sim de maneira interdependente. Aspectos políticos, institucionais, econômicos e gerenciais se combinam para influenciar tanto a alocação quanto os resultados dos recursos públicos no esporte. A partir dessa perspectiva integrada, torna-se possível sistematizar os principais fatores identificados na literatura, conforme apresentado na Figura 7.

**Figura 7.** Fatores condicionantes do desempenho do financiamento público esportivo em governos locais



*Fonte: Elaborado pelos autores*

As cinco dimensões analisadas reúnem diferentes condicionantes de desempenho do financiamento público para o esporte em governos locais, evidenciando a complexidade e a natureza multifatorial do fenômeno. A Figura 7 sistematiza esses elementos, permitindo visualizar não apenas os fatores associados a cada dimensão, mas também sua possível articulação no contexto das políticas públicas esportivas.

De forma geral, observa-se que variáveis relacionadas à governança, capacidade organizacional, contexto socioeconômico e estrutura institucional exercem influência simultânea sobre o desempenho do financiamento esportivo. Ademais, a presença de fatores recorrentes em mais de uma dimensão como densidade populacional, renda e participação social, reforça o caráter transversal de determinados condicionantes, indicando que análises isoladas podem limitar a compreensão do fenômeno.

A sistematização dos condicionantes de desempenho do financiamento esportivo em governos locais também permite estabelecer um diálogo com a literatura sobre capacidades estatais. Conforme Cingolani (2013), a capacidade estatal pode ser compreendida a partir de múltiplas dimensões, como a fiscal, administrativa, política e relacional. Nesse sentido, os achados desta pesquisa indicam que o financiamento esportivo está diretamente associado a essas dimensões: a capacidade fiscal manifesta-se na disponibilidade e eficiência na alocação de recursos; a capacidade administrativa relaciona-se à estrutura organizacional e à implementação das políticas; a dimensão política evidencia-se nas dinâmicas de poder, coalizões e processos decisórios; e a dimensão relacional emerge na interação entre Estado, sociedade civil e demais atores envolvidos.

Assim, ainda que o termo “capacidade estatal” não tenha sido diretamente operacionalizado na estratégia de busca (conforme descrito na etapa 2 da metodologia), os resultados sugerem que o financiamento público para o esporte constitui um campo empírico relevante para a análise dessas capacidades no nível local.

Nesse sentido, a sistematização proposta contribui para o avanço do campo ao integrar diferentes abordagens presentes na literatura e ao oferecer um referencial analítico que pode orientar investigações futuras, especialmente aquelas voltadas à identificação de relações causais e à avaliação de políticas públicas esportivas em nível local.

Dentre as principais limitações dos estudos revisados, destaca-se a disponibilidade limitada de dados, a dificuldade em medir efeitos de longo prazo e a necessidade de organizar os diversos fatores que afetam a robustez das conclusões dos estudos. Essas limitações indicam a necessidade de pesquisas futuras mais detalhadas e abrangentes que possam fornecer uma avaliação mais precisa e completa dos efeitos do financiamento público para o esporte. Nesse contexto, apresenta-se, a seguir, uma agenda para pesquisas futuras.

### **3.3. Agenda para pesquisas futuras**

Com base nas análises, é possível constatar que o financiamento esportivo é um campo emergente em pesquisas científicas no âmbito da administração pública. Existe uma primazia de pesquisas voltadas para instalações esportivas, principalmente às associadas ao esporte de rendimento. Portanto, a primeira lacuna encontrada sobre o financiamento público esportivo em governos locais está na pequena parcela de pesquisas voltadas para o esporte de formação, educacional e de participação, sendo este último um pouco mais explorado que os dois anteriores.

Outro ponto de destaque perpassa pelas estratégias de comunicação na mobilização de apoio comunitário para projetos esportivos, investigando diferentes abordagens de comunicação como: campanhas publicitárias, mídias sociais e reuniões comunitárias. A relação entre a transparência em informações sobre o financiamento público e a confiança da população em tais projetos merece atenção especial, pois a pressão de interesses políticos e empresariais ascendem como fatores que influenciam no processo de aprovação dos projetos de financiamento esportivo.

Em relação aos artigos selecionados, percebe-se que a equidade na alocação de recursos esportivos é uma questão que necessita de maior escopo científico. Novas pesquisas devem investigar como a distribuição equitativa de recursos esportivos, em diferentes regiões, impacta indicadores sociais e de saúde, por exemplo. Em um contexto cada vez mais real de escassez de recursos, comparar a eficiência na utilização de recursos públicos esportivos, para os diferentes métodos de gestão locais, pode revelar práticas que otimizem a utilização dos recursos disponíveis.

De forma complementar, estudar a capacidade organizacional dos governos locais emerge como um fator relevante no processo de provisão de bens e serviços públicos. Pesquisas desta seara devem avaliar como a capacidade estatal influencia a eficiência de políticas esportivas implementadas, ou mesmo a dependência de fundos públicos pelos governos locais, identificando formas de reduzir

essa dependência e melhorar a sustentabilidade dos projetos. Ainda, visando formular estratégias de gestão mais robustas e eficazes, pesquisas futuras podem focar nas diferentes estruturas organizacionais presentes no âmbito dos governos locais e como estas afetam a eficácia e eficiência dos projetos esportivos municipais.

A avaliação dos benefícios econômicos advindos do financiamento público para a construção e manutenção de instalações esportivas ainda apresenta muitas lacunas. Estudos longitudinais, por exemplo, podem aclarar o impacto destes investimentos sobre os benefícios econômicos e sociais ao longo do tempo. Nesta seara, replicar as pesquisas empíricas sobre o efeito dos investimentos em infraestrutura esportiva, no mercado de trabalho e na renda familiar, em diferentes contextos regionais, pode ajudar a formular políticas que valorizem a especificidade do local, maximizando os benefícios socioeconômicos desses investimentos.

A integração de todas essas dimensões pode proporcionar uma visão mais abrangente sobre o financiamento público para o esporte. Estudos futuros devem buscar combinar apontamentos sobre comunicação estratégica, complexidades políticas, impacto socioeconômico, gestão eficiente, capacidade organizacional e transparência. Esta abordagem holística pode facilitar a formulação de políticas mais eficazes, equitativas e sustentáveis, promovendo o desenvolvimento do esporte e seus benefícios sociais e econômicos em diferentes contextos regionais.

#### **4. Considerações finais**

Este artigo buscou revisar o estado da arte relacionado ao financiamento público para o esporte, com especial atenção para sua vinculação intrínseca à gestão em governos locais. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura dos artigos publicados nos últimos dez anos, encontrados nas bases *Web of Science* e *Scopus*. Percebeu-se que as pesquisas que estudam o financiamento público para o esporte em governos locais apresentam diversas premissas de análise, com primazia para os estudos voltados para os investimentos em instalações esportivas profissionais.

A revisão sistemática de literatura encontrou 1691 artigos sobre a temática de financiamento esportivo, com cinco clusters de artigos correlacionados: o cluster 1 sobre o impacto econômico de eventos esportivos; o cluster 2 sobre os desafios no processo de igualdade esportiva; o cluster 3 composto por trabalhos publicados na área de comportamento e percepção dos beneficiários; o cluster 4 sobre o desempenho na gestão do esporte; e, por fim, o cluster 5 composto por artigos que avaliam políticas de desenvolvimento do esporte. Após os critérios de inclusão e exclusão, 38 artigos sobre a temática de financiamento público para o esporte em governos locais foram selecionados, com novamente 5 clusters lexicais, divididos nas dimensões “Política”, “Impacto de Projetos Públicos”, “Desempenho Alocativo”, “Gestão Local” e “Econômica”. Comparativamente, percebeu-se uma manutenção dos artigos voltados para o desempenho na gestão do esporte e sobre o impacto de políticas de desenvolvimento esportivo, mas com um adendo das dimensões “Política”, “Desempenho Alocativo”, “Gestão Local”, o que mostra uma pequena parcela de artigos para essas temáticas num ambiente de mais de 1500.

Mesmo longe de estar entre os assuntos mais pesquisados, é salutar dizer que as publicações sobre o financiamento esportivo cresceram ao longo dos anos, corroborando com Pereira *et al.* (2020) no quesito superação da incipiência sobre a temática. Contudo, algumas lacunas foram apresentadas como o pequeno número de publicações voltadas para o esporte de formação e educacional. Também é necessário estudar as dinâmicas de poder na aprovação de projetos, as coalizões partidárias existentes, as inter-relações entre o executivo, o legislativo e a sociedade civil e, principalmente, a capacidade do Estado de fomentar a prática esportiva.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente pretendeu-se utilizar *strings* ligadas à capacidade estatal e ao esporte. Contudo, percebeu-se que a relação entre o termo capacidade estatal e a temática esportiva ainda é incipiente na literatura acadêmica. A escassez de estudos nessa interseção pode ser atribuída exatamente ao termo, visto que os conceitos de capacidade estatal se associam às análises intrincadas das políticas públicas, governança pública, alocação de recursos e provisão de bens e serviços públicos (Besley; Persson, 2010; Gomide; Pires, 2014; Cortez; Lotta, 2022), temáticas amplamente discutidas na seara esportiva. Assim, dada a lacuna existente, optou-se por desenvolver o estado da arte do financiamento público para o esporte em governos locais, a partir de uma análise crítica e sistematizada dos artigos selecionados, com uma abordagem que visa identificar e sintetizar as dimensões emergentes.

Ademais, a análise realizada permite delinear uma agenda para pesquisas futuras centrada em lacunas ainda pouco exploradas na literatura. Destacam-se a necessidade de ampliar os estudos sobre o financiamento voltado ao esporte de formação, educacional e de participação, bem como investigar a equidade na alocação de recursos e seus impactos sobre indicadores sociais e de saúde. Também se mostram relevantes abordagens que considerem as dinâmicas políticas e institucionais envolvidas na aprovação de projetos, incluindo estratégias de comunicação, transparência e relações entre atores públicos e privados. Além disso, aspectos relacionados à eficiência na gestão dos recursos, à capacidade organizacional dos governos locais e aos efeitos socioeconômicos de investimentos em infraestrutura esportiva, especialmente por meio de estudos longitudinais e comparativos, configuram-se como caminhos promissores para o avanço do campo.

Diante das considerações apresentadas, este estudo reafirma a importância crescente do financiamento público para o esporte, especialmente no contexto dos governos locais, evidenciando tanto avanços quanto lacunas significativas na literatura existente. Além disso, a abordagem integrada e multifacetada dos fatores condicionantes do desempenho no financiamento público para o esporte pode subsidiar discussões sobre políticas públicas mais eficazes e sustentáveis em diferentes contextos regionais.

## Referências

- Alakshendra, A. (2016). How are we funding professional sports stadiums? An overview. *Managerial Finance*, 42(9), 885-890. <https://doi.org/10.1108/MF-03-2016-0076>
- Alm, J. (2016). Swedish municipalities and competitive sport's stadium requirements: Competing or mutual interests? *International Journal of Sport Policy and Politics*, 8(3), 455-472. <https://doi.org/10.1080/19406940.2016.1189446>

- Amaral, S. C. F., Ribeiro, O. C. F., & Silva, D. S. (2014). Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. *Motrivivência*, 26(42), 27-40.
- Arantes, R. B., Loureiro, M. R., Couto, C., & Teixeira, M. A. C. (2010). Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. <https://repositorio.usp.br/item/002913497>
- Araujo, S. M. de, Magalhães, Y. C. da S., Sousa, J. C. de, Nunes, A. S. A., & Teixeira, P. L. (2021). Políticas públicas de esporte e lazer: Um balanço crítico da produção científica do GEPPEF/UFMA. *Motrivivência*, 33(64). [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422021000100403&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422021000100403&script=sci_arttext)
- Arboledas, D., & Puig Barata, N. (2016). Análisis de los servicios deportivos municipales en poblaciones mayores de 30.000 habitantes de cinco provincias andaluzas. *Revista de estudios regionales*, (107), 35-61.
- Athayde, P. F. A. (2016). A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36. <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2158>
- Auréli Calvet, J. (2017). Las subvenciones de la administración local en materia de deporte en Cataluña. *Apunts Educación Física y Deportes*, (128), 58-66. [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2015/2\).120.08](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2015/2).120.08)
- Bradbury, J. C., Coates, D., & Humphreys, B. R. (2023). Public policy toward professional sports stadiums: A review. *Journal of Policy Analysis and Management*. <https://doi.org/10.1002/pam.22534>
- Bresser-Pereira, L. C. (1997). Estratégia e estrutura para um novo Estado. *Brazilian Journal of Political Economy*, 17(3), 343-357.
- Campos, A. M. (1990). Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de administração pública*, 24(2), 30-a.
- Carey, M., & Mason, D. S. (2014). Building consent: Funding recreation, cultural, and sports amenities in a Canadian city. *Managing Leisure*, 19(2), 105-120. <https://doi.org/10.1080/13606719.2013.859458>
- Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., Pereira, C. C., & Mascarenhas, F. (2019). A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência & Movimento*, 27(4), 85-102.
- Cingolani, L. (2013). *The State of State Capacity: A review of concepts, evidence and measures*. <https://cris.maastrichtuniversity.nl/en/publications/the-state-of-state-capacity-a-review-of-concepts-evidence-and-meal/>
- Connolly, J. M., & Touchton, M. (2020). The Lure of New Jobs: How Framing Impacts Perceptions of Local Subsidies for Sports Teams. *Public Budgeting & Finance*, 40(4), 86-103. <https://doi.org/10.1111/pbaf.12271>

- Considine, J., & Doran, J. (2016). Evaluation of an informal rule for the allocation of sports capital funding. *Public Choice*, 168(1-2), 43-54. <https://doi.org/10.1007/s11127-016-0348-1>
- de Brito Oliveira, A., Pereira da Costa, L., & da Silva Filho, J. N. (2022). Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Região dos Lagos-RJ: Uma Análise do Campo Esportivo Praiano a Partir das Teorias Bourdieusiana. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 12(4). <https://app.periodikos.com.br/article/10.51995/2237-3373.v12i4e110054/pdf/rigd-12-4-e110054.pdf>
- De Castro, S. B. E., De Camargo, P. R. e, & Mezzadri, F. M. (2023). Municípios brasileiros e o orçamento público para o esporte (2002-2018). *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 12(1), 38–63. <https://doi.org/10.5585/podium.v12i1.19118>
- Diniz, R. S., & Silva, L. P. D. (2016). O ICMS Esportivo e o Financiamento das Políticas Municipais de Esporte em Minas Gerais. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 22(4), 1223. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.64264>
- Drukker, A. J., Gayer, T., & Gold, A. K. (2020). Tax-Exempt Municipal Bonds and the Financing of Professional Sports Stadiums. *National Tax Journal*, 73(1), 157-196. <https://doi.org/10.17310/ntj.2020.1.05>
- Fahlén, J., & Stenling, C. (2016). Sport policy in Sweden. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 8(3), 515-531. <https://doi.org/10.1080/19406940.2015.1063530>
- Ferguson, K., Hassan, D., & Kitchin, P. (2023). Policy transition: Public sector sport for development in Northern Ireland. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 15(2), 211-228. <https://doi.org/10.1080/19406940.2023.2183976>
- García-Unanue, J., Felipe, J. L., & Gallardo, L. (2015). Using Action Research to Achieve the Implementation of Cost Accounting: The Case of the Public Sports Organizations at Local Level. *Systemic Practice and Action Research*, 28(2), 111-123. <https://doi.org/10.1007/s11213-014-9322-3>
- Garcia-Unanue, J., Felipe, J. L., Gallardo, L., Majano, C., & Perez-Lopez, G. (2021). Decentralisation and efficiency in municipal sports services: Expenditure vs. cost. *Sustainability*, 13(4), 2260.
- Gough, D. (2007). Weight of Evidence: A framework for the appraisal of the quality and relevance of evidence. *Research Papers in Education*, 22(2), 213-228. <https://doi.org/10.1080/02671520701296189>
- Harris, S., & Houlihan, B. (2016). Implementing the community sport legacy: The limits of partnerships, contracts and performance management. *European Sport Management Quarterly*, 16(4), 433-458. <https://doi.org/10.1080/16184742.2016.1178315>
- Haugland, E. N., Sylte, M. V., Ohman, C., Aas, B., Lohne, J., & Ladre, O. (2017). Norwegian sports halls—Cost development and funding regime. *2017 12th International Scientific and Technical Conference on Computer Sciences and Information Technologies (CSIT)*, 215-221. <https://doi.org/10.1109/STC-CSIT.2017.8099451>

- Hoekman, R., Breedveld, K., & Kraaykamp, G. (2017). Providing for the rich? The effect of public investments in sport on sport (club) participation of vulnerable youth and adults. *European Journal for Sport and Society*, 14(4), 327-347. <https://doi.org/10.1080/16138171.2017.1421510>
- Hoekman, R., van der Roest, J.-W., & van der Poel, H. (2019). From welfare state to participation society? Austerity measures and local sport policy in the Netherlands. Em *Sport policy and politics in an Era of Austerity* (p. 127-142). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429057625-9/welfare-state-participation-society-austerity-measures-local-sport-policy-netherlands-remco-hoekman-jan-willem-van-der-roest-hugo-van-der-poel>
- Hutchinson, M., Berg, B. K., & Kellison, T. B. (2018). Political activity in escalation of commitment: Sport facility funding and government decision making in the United States. *Sport Management Review*, 21(3), 263-278. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2017.07.005>
- Irtysheva, I., Kramarenko, I., & Romanenko, S. (2022). Systematic approaches to ensuring the strategic development of the sports and recreation sector. *Baltic Journal of Economic Studies*, 8(4), 90-95.
- Iversen, E. B., & Cuskelly, G. (2015). Effects of different policy approaches on sport facility utilisation strategies. *Sport Management Review*, 18(4), 529-541. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2014.12.004>
- Jakar, G. S., & Rosentraub, M. S. (2023). From public goods theory to municipal capitalism: Evaluating investments in sport venues from an urban entrepreneurial perspective. *Journal of Urban Affairs*, 45(5), 905-922. <https://doi.org/10.1080/07352166.2021.1881406>
- Kosmas, I. D., & Dimitropou, P. E. (2014). Activity Based Costing in Public Sport Organizations: Evidence from Greece. *Research Journal of Business Management*, 8(2), 130-138. <https://doi.org/10.3923/rjbm.2014.130.138>
- Lampoltshammer, T. J., Maurer, H., Pulda, N., Klimek, P., Hurt, J., & Rosenbichler, U. (2023). Challenges toward Evidence-Based Policymaking Using Agent-Based Modeling for Federal Sports Grants: A Self-Reflection from a Transdisciplinary Project. *Sustainability*, 15(4), 2853. <https://doi.org/10.3390/su15042853>
- Leonardo, L., Krahenbühl, T., & Scaglia, A. J. (2017). Modelo de participação competitiva: Orientações às ligas e federações esportivas para o desenvolvimento positivo em competição de jovens. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*, 3084-3088. <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2017/7conice/paper/view/9269>
- Moraes, I. F., Amaral, C. M. dos S., & Bastos, F. da C. (2021). Teses de doutorado em gestão do esporte no Brasil: Uma revisão integrativa metodológica. *Movimento*, 27. <https://www.scielo.br/j/mov/a/twCHVvzsRbGrq4KKFLMnvrw/?format=html&lang=pt>
- Morgan, M. J., & Summers, J. (2008). *Marketing esportivo*. Thomson Learning São Paulo.
- Mori, L. (2022). *Copa do Mundo 2022: Torneio dá prejuízo para os países-sede, diz estudo*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63882120>

- Nova, A., Sinulingga, A. R., Syahputra, M., Fitria, Helmi, B., Aditya, R., S, A., Nofrizal, D., & Firmansyah, G. (2023). Analysis of Factors Affecting Policy Development of Achievement Sports in Aceh Province. *International Journal of Human Movement and Sports Sciences*, 11(5), 1121-1131. <https://doi.org/10.13189/saj.2023.110521>
- Pavlik, M., & de Vries, M. S. (2014). The Voucher System as an Alternative for Allocating Sports Grants. *Central European Journal of Public Policy*, 8(2).
- Pawłowski, T., Steckenleiter, C., Wallrafen, T., & Lechner, M. (2021). Individual labor market effects of local public expenditures on sports. *Labour Economics*, 70, 101996. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2021.101996>
- Peixoto, E. M., Viana-Meireles, L. G., Campos, C. R., Oliveira, L. P., & Palma, B. P. (2018). Indicadores de motivação e paixão para prática esportiva em atletas brasileiros: Um estudo sob a ótica da autodeterminação. *Psicologia Revista*, 27, 563-589.
- Pereira, C. C., Carneiro, F. H. S., Reis, N. S., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2020). O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro: Uma revisão sistemática. *Motrivivência*, 32(62). [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422020000200204&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-80422020000200204&script=sci_arttext)
- Popelka, J. (2015). Providing Public Sport Facilities in Post-Socialist Times: The Case of the Czech Republic. *Central European Journal of Public Policy*, 9(2), 190-199. <https://doi.org/10.1515/cejpp-2016-0018>
- Propheter, G., & Hatch, M. E. (2015). Evaluating Lease-Purchase Financing for Professional Sports Facilities. *Urban Affairs Review*, 51(6), 905-925. <https://doi.org/10.1177/1078087414563990>
- Rocha, C. M. da, & Bastos, F. da C. (2011). Gestão do esporte: Definindo a área. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 25, 91-103.
- Saldanha-Filho, M. (2003). Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. *Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)*, 25. <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2015/00162765.pdf>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11, 83-89.
- Sant, S.-L., & Mason, D. S. (2019). Rhetorical legitimation strategies and sport and entertainment facilities in smaller Canadian cities. *European Sport Management Quarterly*, 19(2), 160-177. <https://doi.org/10.1080/16184742.2018.1499789>
- Santos, E. S. dos, Juchem, L., & Maduro, L. A. R. (2022). Local norms and the application of the right to sport by municipalities from piauí. *Journal of Physical Education*, 32. <https://www.scielo.br/j/jpe/a/vSb9CnXwKXD4vzNX5gdhkwd/?lang=en>
- Santos, E., Menezes, V. G., Carvalho, M. J., & Reverdito, R. S. (2019). Gasto na função desporto e lazer pelas Prefeituras do Estado do Mato Grosso de 2002 a 2011. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 8(2), 253-262. <https://doi.org/10.5585/podium.v8i2.11243>

- Santos, E. S., & Carvalho, M. J. (2019). Gasto na subfunção desporto comunitário na região sul do Brasil. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 25, e25089. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.89583>
- Sepulveda, C. F. (2023). Cost–Benefit Analysis of an “Average” Professional Sports Team or Stadium in the United States. *Journal of Benefit–Cost Analysis*, 1-27. <https://doi.org/10.1017/bca.2023.33>
- Silva, J. V. P. D. (2023). Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade implementado em contexto universitário. *Retos*, 50, 270-279. <https://doi.org/10.47197/retos.v50.97756>
- Skinner, J., Zakus, D. H., & Cowell, J. (2008). Development through Sport: Building Social Capital in Disadvantaged Communities. *Sport Management Review*, 11(3), 253-275. [https://doi.org/10.1016/S1441-3523\(08\)70112-8](https://doi.org/10.1016/S1441-3523(08)70112-8)
- Soebbing, B. P., Mason, D. S., & Humphreys, B. R. (2016). Novelty effects and sports facilities in smaller cities: Evidence from Canadian hockey arenas. *Urban Studies*, 53(8), 1674-1690. <https://doi.org/10.1177/0042098015576862>
- Souza, C., & Fontanelli, F. (2020). *Capacidade estatal e burocrática: Sobre conceitos, dimensões e medidas*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10177>
- Spáč, P. (2016). For the Game, for the Loyal Partisans: Distribution of Sport Grants in Slovakia. *Central European Journal of Public Policy*, 10(1), 12-21. <https://doi.org/10.1515/cejpp-2016-0020>
- Sparvero, E., & Chalip, L. (2007). Professional Teams as Leverageable Assets: Strategic Creation of Community Value. *Sport Management Review*, 10(1), 1-30. [https://doi.org/10.1016/S1441-3523\(07\)70001-3](https://doi.org/10.1016/S1441-3523(07)70001-3)
- Steckenleiter, C., Lechner, M., Pawlowski, T., & Schüttoff, U. (2023). Do local expenditures on sports facilities affect sports participation? *Economic Inquiry*, 61(4), 1103-1128. <https://doi.org/10.1111/ecin.13161>
- Teixeira, M. R. C., & Ribeiro, T. M. P. (2016). Sport Policy and Sports Development: Study of Demographic, Organizational, Financial and Political Dimensions to the Local Level in Portugal. *The Open Sports Sciences Journal*, 9(1), 26-34. <https://doi.org/10.2174/1875399X01609010026>
- Vance, P. de S., Nassif, V. M. J., & Masteralexis, L. P. (2015). Gestão do esporte: Casos brasileiros e internacionais. *Rio de Janeiro: Grupo Gen LTC*.
- Viana-Meireles, L. G., Saldanha, D. M. de F., Menescal, D. M. P., Oliveira, R. K. A. de, & Gonzalez, R. H. (2020). *Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: Impactos, implicações e barreiras*. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62378>
- Wampler, B. (2011). Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas. *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*, 43.
- Ye, J., Guo, G., Yu, K., & Lu, Y. (2023). Allocation Efficiency of Public Sports Resources Based on the DEA Model in the Top 100 Economic Counties of China in Zhejiang Province. *Sustainability*, 15(12), 9585. <https://doi.org/10.3390/su15129585>

- Yong, W. (2021). Analytic Hierarchy Process and Intelligent Evaluation of Regional Sports Economic Data. *2021 International Conference on Intelligent Transportation, Big Data & Smart City (ICITBS)*, 371-374. <https://doi.org/10.1109/ICITBS53129.2021.00098>
- Zhang, X. (2021). The construction of urban public sports service from the perspective of public health. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 27, 69-72.